

Um projeto ³⁷ para pôr fim à demagogia

Os deputados estaduais paulistas continuam lutando para ganhar mais. Entretanto, entre muitos deles, há o temor de que o aumento de vencimentos, num ano de campanha eleitoral, prejudique os seus candidatos. Por isso, o deputado Afanásio Jazadji (PDS) apresentou ontem um projeto de decreto legislativo que, segundo ele, "resgata a credibilidade do Poder Legislativo e coloca um ponto final à demagogia de alguns deputados que insistem em dizer que deputado ganha demais".

O seu projeto faculta aos membros da Assembleia Legislativa do Estado reduzir, individualmente, até a eliminação, suas próprias remunerações. Para isso, cada parlamentar deverá encaminhar solicitação por inscrito à presidência da Assembleia indicando o percentual da redução a ser aplicado sobre o total da remuneração percebida. Mas o dinheiro "rejeitado" não poderá ficar nos cofres do Legislativo. Deverá ser doado a entidades assistenciais devidamente registradas no Ceas — Cadastro Estadual de Assistência Social. Cada deputado, ainda segundo o projeto, poderá dividir a sua doação a até dez entidades filantrópicas, sempre por ele indicadas, não podendo substituí-las até o final do seu mandato.

Demagogia

Vários deputados, ao tomarem conhecimento do projeto de Jazadji, acusaram-no de "demagógico". O mais irritado era o líder do PTB, deputado Fernando Silveira, que defende o princípio de que os vencimentos dos parlamentares estaduais devem ser equiparados aos dos desembargadores, mais alto posto no Judiciário. Para Silveira, "sem querer criticar diretamente o deputado Afanásio Jazadji, que considero um bom parlamentar, acho que esse tipo de demagogia precisa acabar. Deputado deve ser bem remunerado, sim, porque todo trabalhador deve ganhar bem. E o parlamentar presta serviços ao Estado e ao País".

Da mesma opinião compartilha o presidente da Assembleia, deputado Tonico Ramos, que reafirmou ontem que a Mesa está estudando um projeto de lei complementar para ser discutido e votado em plenário, fixando melhor remuneração aos seus integrantes. Ele diz que, hoje os vencimentos de deputado deveriam estar em torno de NCz\$ 10 mil, "Não devemos chegar ao absurdo da Assembleia do Acre, por exemplo, onde os deputados ganham NCz\$ 27 mil, como foi amplamente noticiado. Não será doando salários que moralizaremos o Legislativo, mas dando condições ao deputado honrar seu mandato e trabalhar bem. Caso contrário, estará exposto a receber propostas indecorosas dos inúmeros lobbies que aparecem aqui, querendo ver votadas matérias de seus interesses". A principal preocupação dos deputados é mostrar que seus vencimentos mal dão para cobrir suas despesas no Legislativo, quanto mais, para viver "condignamente". Quando discute o assunto, Fernando Silveira não hesita em abrir sobre a mesa o seu holerite de pagamento. Vencimentos brutos: NCz\$ 6.067,48. Deduções (Imposto de Renda, IPESP e IAMSP): NCz\$ 1.971,48. Líquido: NCz\$ 4.096,00. Ele apresenta uma conta, no valor de NCz\$ 2.180,14, enviada pela Tesouraria da Assembleia, cobrando dele despesas de telefone (um deputado que exerce cargo de liderança tem uma franquia telefônica de NCz\$ 600,00, o excedente, paga de seu bolso). E argumenta: "Ora, um engenheiro da Petrobrás ganha em torno de NCz\$ 10.000,00, um bom metalúrgico está recebendo mensalmente acima de NCz\$ 5.000,00. Como é que a gente pode viver com o que ganha hoje?"

Outro que não gostou do projeto de Afanásio é o deputado Randal Juliano (PMDB): "Eu, que sou do Interior, se tiver que ir a todos os jantares e almoços para os quais me oferecem ingressos ou mandar presentes para todos os casamentos aos quais sou convidado, precisaria ganhar pelo menos cinco vezes os meus atuais vencimentos líquidos (NCz\$ 4.069,00). Afinal, sou advogado e para exercer bem o meu mandato tive que deixar a minha banca de advocacia fechada. Dependendo exclusivamente dos vencimentos de deputado".

João Sampaio